



48º. FÓRUM DE PRÓ-REITORES E PRÓ-REITORAS DE EXTENSÃO

Reunidos virtualmente por meio de plataforma digital, em razão da pandemia da COVID-19 e sob a organização da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 09 de dezembro de 2021, durante o 48º Encontro Nacional do FORPROEX, os Pró-reitores e as Pró-reitoras de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras debateram o papel da Universidade no projeto de Brasil, com foco no movimento político dos últimos anos, no financiamento da extensão, na retomada das atividades presenciais de extensão e na inserção curricular trazida pelas Diretrizes da Extensão Universitária. O FORPROEX expressa sua preocupação com o impacto das ações governamentais sobre a educação e a extensão universitária brasileira e considera que o país vive um momento que acentua a necessidade de que a educação superior se realize de forma compromissada com as demandas sociais e a transformação da realidade nacional.

Nesse sentido, afirma que mais do que se referenciar socialmente é necessário que as Instituições Públicas se comprometam socialmente com um projeto de nação que oportunize a todas as pessoas o bem-estar social e os direitos fundamentais que emergem do Estado Democrático de Direitos.

As reflexões iniciais no FORPROEX apontaram para a emergência de as Universidades se unirem em torno de um projeto de nação que se sustente pela liberdade, pela democratização do acesso ao saber, pela valorização da vida e pela luta à equidade social. O projeto de nação que se enseja esboçar passa pela retomada de políticas brasileiras mais progressistas que combatam qualquer movimento de retomada de sistemas autoritários.

Nesse sentido, o FORPROEX ressalta que a extensão deve ser colocada, para as Instituições Pública, como plataforma para uma sociedade mais justa e uma vocação para a consciência crítica que identifique e distinga a sua relação com outros setores da sociedade brasileira, notadamente os setores mais empobrecidos, por meio de diferentes modalidades de ações na busca da transformação social.

Nesse contexto, o FORPROEX defende que:

1. A extensão seja a materialização da função social das IPES, de modo indissociável ao ensino e à pesquisa.
2. É necessário reconhecer os saberes produzidos por meio da extensão, fundada na multiplicidade de ideias, nas dialogicidades, nos processos formativos e interventivos;
3. A retomada das atividades de extensão no pós-pandemia se referencie em



sua presencialidade, sempre pautada em valores éticos e democráticas a fim de romper ainda mais com a hegemonia do discurso acadêmico em prol de uma práxis articuladas com os grupos o mais vulneráveis e com os movimentos sociais para a superação das desigualdades sociais.

4. O trabalho dos Comitês de Biossegurança de cada IPES é fundamental para identificar as condições que permitem a realização das ações acadêmicas, de tal forma a valorizar a ciência para construção de cenários possíveis de intervenção via extensão universitária.

5. Existem limites das possibilidades do uso de tecnologias de informação, em contexto de ensino remoto, particularmente na sociedade brasileira marcada por profundas desigualdades sociais e econômicas o que produz exclusão de parte da população atendida pelas ações de extensão. O FORPROEX defende que se deve assegurar o acesso universal as tecnologias e redes digitais se torna decisivo para ampliar e democratizar a extensão, ao mesmo tempo é preciso qualificar e integrar os ambientes remotos e híbridos como novos processos formativos complementares às ações que se sustentam na presencialidade e convivialidade que caracterizam a extensão universitária.

6. Os princípios extensionistas sejam as condições *sine qua non* da inserção curricular da extensão nos Projetos Pedagógico dos Cursos, com o devido respeito às características, autonomia e especificidades institucionais.

7. A indissociabilidade é uma dimensão acadêmica que estrutura as IPES as quais devem produzir conhecimentos em articulação pedagógico-formativa de seus e de suas estudantes em imersão no contexto social, com necessidade, ainda, de atenção às questões latino-americanas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia para dar respostas às demandas sociais.

8. A inserção curricular da extensão é processo histórico construído pelas Universidades a décadas, em alternativa à superação de um modelo de ensino conservador, na busca de interrogações e movimentações curriculares que tragam novos problemas, novos conteúdos, novas abordagens que emergem das demandas da sociedade.

9. A extensão universitária esteja na centralidade do currículo por meio de componentes curriculares, de modo a se estabelecer um equilíbrio entre o ensino, a pesquisa e a extensão nos projetos de desenvolvimento profissional, com um novo paradigma para a educação superior brasileira.

10. A inserção curricular da extensão nos PPC é de responsabilidade da IPES como resultado do protagonismo conjunto entre os setores da graduação e da extensão.

11. É urgente assegurar, como política de estado que reflita nas políticas institucionais, o financiamento específico da extensão nas IPES por considerar que a ausência do fomento compromete o processo de inserção curricular e afronta a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão prevista na Constituição Federal.

12. Haja solicitação de audiências públicas na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleias Legislativas dos Estados a fim de se construir termos de referência para projetos de lei voltados ao fomento permanente da extensão universitária a serem debatidos nas casas legislativas, em articulação com os governos executivos e representantes da sociedade civil.

13. Seja construído um banco de informações permanente sobre a inserção



curricular para que seja acompanhado nas reuniões regionais.

Por fim, o 48º. Encontro Nacional do FORPROEX conclui suas atividades com homenagem à Paulo Freire, reafirmando que é necessário “esperançar por esse chão” com compromisso de se construir um novo projeto de nação pautado no desenvolvimento social, na democracia, na liberdade do pensar, na defesa da vida e do bem-estar comum, na valorização dos diferentes saberes e no fortalecimento das instituições pública de ensino superior socialmente referenciadas e comprometidas.

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2021
Pró-reitores e Pró-reitoras de Extensão das
Instituições Públicas Brasileiras